

IV SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA



CADERNO DE RESUMOS CONFERÊNCIAS E MESAS- REDONDAS

Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas

**Faculdade de Letras/UFG
02 a 05 de julho de 2013**

IV SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Cristina Casseb Galvão – UFG/CNPq

Vice-Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Ferreira Rezende – UFG

Conselheiros

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Bigonjal Braggio – UFG/CNPq
Prof. Dr. Francisco José Quaresma de Figueiredo – UFG

Tesoureiro

Prof. Dr. Leosmar Aparecido Silva – UFG

Secretaria

Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho – UFG
Prof^ª. Ms. Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque – UFMT

Equipe de Apoio

Amanda Moura – UFG
Fernanda Cristine Guimarães – UFG
Henrique Silva Fernandes – UFG
Jéssica Lobo – UFG
Lorena Araújo de Oliveira Borges – UFG
Pedro Henrique Andrade – UFG
Pedro Henrique da Silva – UFG
Priscilla Cabral de Arruda – UFG
Ricardo Cantuária – UFG

Colaboradores

Déborah Barros
Elisandra Filetti
Izac Vieira Chaves
Maria Goreti Barichelo
Marly Augusta Magalhães
Milcinele Duarte
Silvone Melchior
Vera Roncato

FACULDADE DE LETRAS

Diretor

Prof. Dr. Francisco José Quaresma de Figueiredo

Vice-Diretor

Jamesson Buarque

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Maria Cristina Faria Dalacorte Ferreira

Coordenadora dos Cursos de Letras: Português, Estudos Literários e Linguística

Prof. Dra. Tânia Ferreira Rezende

Chefe do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários

Profa. Dra. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes

Chefe do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras

Profa. Dra. Patrícia Roberta Castro

Chefe do Departamento de Letras Libras

Hildomar José de Lima

Coordenador do Centro de Línguas

Antón Corbacho Quintela

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

REITORIA

Reitor

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil

Vice-Reitor

Prof. Dr. Eriberto Francisco Bevilaqua Marin

PRÓ-REITORIAS

Graduação

Profa. Dra. Sandramara Matias Chaves

Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Divina das Dores de Paula Cardoso

Extensão e Cultura

Prof. Dr. Anselmo Pessoa Neto

Administração e Finanças

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral

Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Prof. Ms. Jeblin Antônio Abraão

Assuntos da Comunidade Universitária

Economista Júlio César Prates

COMISSÃO CIENTÍFICA

INSTITUIÇÕES DA ÁSIA

Universidades e Institutos Chineses

Instituto Politécnico de Macau

Choi Wai Hao

Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim

Ye Zhi Liang

Zhao Hongling

Universidade de Estudos Internacionais de Xangai

Catarina Xu

Zhang Weiqi

Universidade de Macau

Alan Norman Baxter

Ana Nunes

Ana Paula Cleto Godinho

Carlos Filipe Guimarães Figueiredo

Custódio Cavaco Martins

Maria Antónia Espadinha

Mário Pinharanda

Nunes Roberval Teixeira e Silva

Universidades japonesas

Kioto University of Foreign Studies

Ikunori Sumida

Sophia University

Helena Toida

Tokyo University of Foreign Studies

Masayuki Toyoshima

Universidades coreanas

Hankuk University of Foreign Studies

Lee Sung Doc

INSTITUIÇÕES DA ÁFRICA

Universidade Eduardo Mondlane

Elidio Nhamona

Gregório Firmino

Universidade Metodista de Angola

Armindo Gameiro

Universidade Pedagógica de Maputo

Agostinho Goenha

INSTITUIÇÕES DA EUROPA

Universidade de Extremadura (Espanha)

Juan Carrasco

Université Charles-de-Gaulle Lille III (França)

Liliane Santos

Universidade de Helsínquia (Finlândia)

Ruben Rodrigues

Universidade del Salento (Itália)

Kátia de Abreu Chulata

Gian Luigi de Rosa

Universidade do Algarve (Portugal)

Manuel Célio Conceição

Universidade de Beira-Interior (Portugal)

Paulo Osório

Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade de Évora (Portugal)

Maria João Marçalo

Maria do Céu Fonseca

Universidade de Lisboa (Portugal)

Maria Helena Mira Mateus

Maria José Grosso

Madalena Teixeira

Universidade do Minho (Portugal)

Sérgio Paulo Guimarães Sousa

Henrique Barroso

Anabela Leal de Barros

Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Maria Francisca Xavier

Maria Teresa Lino

Ana Madeira

Universidade do Porto (Portugal)

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

Universidade de Trás-os-Montes-e-Alto-Douro (Portugal)

Carlos Assunção

Universidade de Londres (Inglaterra)

Else Vieira

Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha)

Roland Schimdt-Riese

Mathias Arden

INSTITUIÇÕES DA AMÉRICA

Universidades e Instituições Brasileiras:

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás

Célia Sebastiana Silva

Deise Nanci de Castro Mesquita

Elisandra Filetti

Ilse Leone Borges Chaves de Oliveira

Vivianne Fleury de Faria

Centro Universitário Fundação Santo André

Clarice Assalim

Centro Universitário da Grande Dourados

Adair Vieira Gonçalves

Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi

Instituto Federal de Educação de São Paulo

Raul de Souza Püschel

Suely Corvacho

Instituto Federal do Tocantins

Daniel Marra da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Liliana Cabral Bastos

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Caroline Rodrigues Cardoso

Universidade Bandeirante de São Paulo

Valdevino Soares de Oliveira

Universidade de Brasília

Daniele Marcelle Grannier

Davi Borges de Albuquerque

Denize Elena Garcia da Silva

Heloisa Maria Moreira Lima Salles

Hildo Honório do Couto

Kleber Aparecido da Silva

Marcos Bagno

Orlene Lúcia de Saboia Carvalho

Universidade do Estado da Bahia

Cristina Carvalho
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Norma Lopes

Universidade Estadual de Campinas

Anna Christina Bentes
Cláudia Hilsdorf Rocha
Cláudia M. Wanderley

Universidade Estadual de Feira de Santana

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Universidade Estadual de Goiás

Luana Alves Luterman

Universidade Estadual do Maranhão

Maria Célia Dias de Castro

Universidade Estadual Paulista

Antônio Donizeti Pires
Roberto Gomes Camacho
Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Sebastião Carlos Gonçalves

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Darcilia Marindir Pinto Simões
José Pereira da Silva
Vania L. R. Dutra

Universidade Federal do Acre

José Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia

Edleise Mendes

Universidade Federal do Ceará

Márcia Teixeira Nogueira

Universidade Federal do Espírito Santo

Lilian Coutinho Yacovenco
Maria Marta Pereira Scherre

Universidade Federal Fluminense

Cláudia Roncarati (em memória)
Ivo Da Costa Do Rosário
Magda Bahia Schlee
Mariângela Rios de Oliveira
Nilza Barrozo Dias
Vanise Medeiros
Xoán Carlos Lagares

Universidade Federal de Goiás

Agostinho Potenciano de Souza
 André Marques do Nascimento
 Antonio Corbacho Quintela
 Christiane Cunha de Oliveira
 Eliane Marquez da Fonseca Fernandes
 Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto
 Francisco José Quaresma de Figueiredo
 Goiandira de Fátima Ortiz de Camargo
 Heloisa Augusta Brito de Mello
 Israel Elias Trindade
 Jamesson Buarque de Souza
 Joana Plaza Pinto
 Kátia Menezes de Sousa
 Leila Borges Dias Santos
 Leosmar Aparecido da Silva
 Lucilena Mendonça de Lima
 Maria Suelí de Aguiar
 Maria Zaíra Turchi
 Mirian Santos de Cerqueira
 Pedro Carlos Louzada Fonseca
 Rodrigo Marques
 Sebastião Elias Milani
 Silvia Lucia Bigonjal Braggio
 Sinval Martins de Sousa Filho
 Solange Fiuza Cardoso Yokozawa
 Tânia Ferreira Rezende
 Vânia Cristina Casseb Galvão

Universidade Federal do Mato Grosso

André Luiz Rauber

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Aparecida Negri Isquerdo
 Maria Luceli Batistote

Universidade Federal de Minas Gerais

César Nardelli
 Maria Antonieta Amarante De Mendonça Cohen
 Maria Cândida Trindade Costa De Seabra
 Maria Gorete Neto

Universidade Federal de Ouro Preto

Ana Paula Rocha

Universidade Federal do Pará

Eliane Pereira Machado Soares
 Austria Rodrigues Brito
 Cláudio Abreu Fonseca
 Soéllis Teixeira Do Prado Mendes

Universidade Federal da Paraíba

Dermeval da Hora

Universidade Federal do Piauí

Maria Auxiliadora Ferreira Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Edvaldo Balduino Bispo

José Romerito Silva

Maria Angélica Furtado da Cunha

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Luiza Braga

Maria da Aparecida Meireles de Pinilla

Maria Cristina Rigoni Costa

Marina Rosa Ana Augusto

Maria da Conceição Paiva

Universidade Federal de Rondônia

Maria do Socorro Pessoa

Universidade de São Paulo

Ataliba T. de Castilho

Benjamin Abdala Junior

Elis de Almeida Cardoso Caretta

Émerson Di Pietri

Gabriel Antunes de Araujo

Helder Garmes

Ieda Maria Alves

José Nicolau Gregorin Filho

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Maria Aparecida Torres

Maria Célia Lima-Hernandes

Maria Helena da Nóbrega

Maria Lúcia C. V. O. Andrade

Maria Zilda da Cunha

Mário Eduardo Viaro

Marli Quadros Leite

Monica Simas

Patrícia Carvalhinhos

Rosane Amado

Rosangela Sarteschi

Vima Lia Rossi Martin

Universidade Federal de Santa Catarina

Adair Bonini

Leonor Scliar Cabral

Universidade Federal de São Carlos

Oto Araújo Vale

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Acir Mário Karwoski

Universidade Federal de Uberlândia
Angélica Rodrigues
Cleudemar Alves Fernandes
Eliana Dias
Guilherme Fromm
Maura Alves de Freitas

Universidade Federal de Viçosa
Luciana Ávila

Universidade Nove de Julho
Marcello Ribeiro

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Maria Helena de Moura Neves
Regina Helena Pires de Brito

Universidade de Santo Amaro
Maria Auxiliadora Fontana Baseio

Instituição Argentina:

Universidad Nacional de Córdoba
Juan José Rodríguez

Instituições norteamericanas:

Princeton University
Luís Gonçalves

Universidade do Arizona
Ana M. Carvalho

United States Instituto Camões
João Caixinha

APOIO



APRESENTAÇÃO

O **IV SIMELP** ocorrerá de **02 a 05 de julho de 2013**, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, Goiás, Brasil.

O SIMELP tem como concepção básica congregar estudiosos da língua portuguesa de todo o mundo – no que diz respeito à divulgação, ao ensino e à pesquisa – em Simpósios constituídos como espaços de discussão nas áreas da língua, da linguística, da literatura e da cultura. Mesas-redondas e apresentações de pôsteres integram também a programação. Para isso, como na primeira edição em 2008 (na USP, Brasil), na segunda em 2009 (na Universidade de Évora, Portugal), e na terceira em 2011 (na Universidade de Macau), contamos com a participação de universidades de todos os continentes.

São mais de 2.000 inscritos no IV SIMELP GOIÂNIA, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduandos, professores da educação básica e do ensino superior. Especialistas da área (28) integrarão mesas-redondas cujos temas envolvem variação linguística, política linguística, ensino, gramática e literatura. Os temas discutidos nas mesas-redondas e outros de relevo na área dos estudos da linguagem nortearão os debates em 65 simpósios. Haverá também reuniões de redes e de associações internacionais de pesquisa.

Pretendemos promover um evento democrático e um ambiente que propicie a interação de jovens e experientes pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes áreas que têm a língua portuguesa como objeto de interesse.

Diálogo é a palavra-chave do IVSIMELP GYN.

Grande abraço,



Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG/CNPq)
Coordenação Geral do IV SIMELP

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA
E
MESAS-REDONDAS**

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

A LINGUÍSTICA E A POLÍTICA LINGUÍSTICA: ASPECTOS VARIÁVEIS EM PORTUGUÊS

Anthony Julius Naro – CNPq/UFRJ

Maria Marta Pereira Scherre – CNPq/UnB/UFES/UFRJ

Três objetivos norteiam nossa fala: apresentar resultados da pesquisa sociolinguística; politizar a noção de adequação linguística; desencadear a discussão sobre uma lei contra o preconceito linguístico. Nossos principais resultados são sobre a concordância verbal de número de terceira pessoa na fala moderna do Rio de Janeiro e na escrita do português arcaico. Também examinamos a concordância verbal com os pronomes *nós* e *a gente* no Rio de Janeiro. Os resultados focalizados, embora relativos a fenômenos variáveis estigmatizados, revelam heterogeneidade linguística ordenada. Argumentamos que a noção de adequação linguística, como uma via de mão única, pode ser tão perversa quanto a noção de erro linguístico de base social e apresentamos reflexões sobre a polêmica causada recentemente pelo capítulo “Escrever é diferente de falar” do livro didático do MEC **Por uma vida melhor**. A discussão, a nosso ver, revela que a política linguística deve desencadear lutas por lei específica contra o preconceito linguístico, à luz de outras leis contra outros tipos de preconceito, como os de etnia ou de orientação sexual. A consciência do respeito à fala do outro e à própria fala é acima de tudo uma questão de cidadania, que não anula o direito inalienável de falar e escrever múltiplas variedades.

MESA-REDONDA

GRAMÁTICOS DO PORTUGUÊS: “DEFINO MINHA/NOSSA OBRA GRAMATICAL COMO...”

INTERVENÇÃO SOBRE *GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

Maria Helena Mira Mateus – Faculdade de Letras de Lisboa/ILTEC

Tendo presente a proposta de organização da intervenção na mesa redonda sobre gramática(s) do português, apresentarei, em primeiro lugar, um histórico da *Gramática da Língua Portuguesa*, focando as suas bases teóricas e o desenvolvimento do escopo global e dos objetivos específicos, desenvolvimento que foi ocorrendo em inter-relação com a participação de novas autoras no decurso dos vinte anos de existência da obra. A preservação das perspectivas teóricas que desde o início singularizaram a *Gramática da Língua Portuguesa* compatibilizou-se com atualizações de especialidade e abriu-se para novas vertentes de investigação sobre o português. A difusão da utilização da obra, sobretudo no meio universitário, trouxe consigo o enriquecimento que sobrevém da vivência e da experimentação de hipóteses e propostas da investigação teórica quando aplicadas sobre o objeto da pesquisa. Tratando-se de um estudo de duas faces – resultados da investigação

sofisticada e disponibilização, a um público informado mas não especializado, de análises das produções reais dos falantes – as apresentações públicas de um trabalho desta natureza devem ser vistas como contribuição para o desenvolvimento da consciência linguística dos falantes. Exemplificando com a análise de um aspeto caracterizador do português, procurarei demonstrar a capacidade de explicitação da nossa opção teórica e dos dados que permitem a sua aplicação.

COMO DEFINO MINHA GRAMÁTICA?

Evanildo Bechara – ABL/UERJ

Nascida por uma proposta da Cia Editora Nacional, para rever e atualizar o livro didático de Eduardo Carlos Pereira de maior circulação no país – Gramática Expositiva (Curso Superior) –, acabou a Moderna Gramática Portuguesa substituindo a excelente obra do autor paulista. Assim, em 1961, saiu a 1ª edição da MGP procurando trazer várias novidades que a linguística estrutural estava introduzindo no Brasil pela competente lição de Mattoso Câmara Jr. Ao lado da renovação de muitos conceitos, a MGP procurava também arrolar uma série de fatos da língua nem sempre bem conduzidos e resolvidos pela tradição purista de português brasileiro. A obra reflete também a boa lição de sintaticistas do porte de M. Said Ali e Mário Barreto no Brasil, ao lado de Epifânio Dias, em Portugal. A boa aceitação por parte de professores e alunos de todos os níveis justifica a permanência até hoje da MGP na bibliografia didática. Em 1999, ao sair a 37ª edição, a MGP recebeu o contributo teórico e descritivo de novos linguistas, entre os quais cabe especial relevo a Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Alarcos Llorach.

DEFINO MINHA OBRA GRAMATICAL COMO A TENTATIVA DE ENCONTRAR RESPOSTA ÀS PERGUNTAS: POR QUE ENSINAR GRAMÁTICA? QUE GRAMÁTICA ENSINAR?

Mário A. Perini – UFMG/CNPq

Por que ensinar gramática?

A justificativa tradicional da presença da gramática na escola é que ela seria um dos instrumentos que facilitam a aquisição da língua padrão escrita. No entanto, um exame dos fatos mostra que essa justificativa é falsa: aprende-se a língua padrão através da prática, principalmente da leitura e da escrita, não através dos estudos gramaticais. Sustento que a gramática merece lugar no currículo como uma disciplina científica, ao lado da biologia, da geografia e da química. Por conseguinte, o ensino de gramática deve seguir as linhas gerais da educação científica, enfatizando a observação, a formulação de hipóteses, o raciocínio lógico – exatamente o que o ensino tradicional *não* faz.

Que gramática ensinar?

Outra grande deficiência de nosso ensino gramatical é a falta de adequação empírica: tanto pela preocupação normativa quanto pela falta de respeito aos fatos da língua. Em meus trabalhos de gramática procuro retratar a língua portuguesa do Brasil tal como se apresenta na fala espontânea do povo (o português brasileiro falado) e na imprensa atual (a língua padrão do Brasil). No último meio século os estudos linguísticos chegaram a uma compreensão muito mais avançada da estrutura do português do que a que se encontra nas gramáticas escolares. A imagem da língua representada nas gramáticas escolares é incorreta, mal dirigida em seus objetivos e deficiente em seus fundamentos teóricos. Se a gramática é uma disciplina científica (como defendo), é essencial que se promova uma reformulação de seu conteúdo, levando em conta os resultados da ciência da linguagem.

GRAMÁTICA DE USOS DO PORTUGUÊS. A GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS REVELADA EM TEXTOS.

Maria Helena de Moura Neves – UPM/UNESP/CNPq

Apresento duas gramáticas (Neves, 2011 e Neves, 2013, no prelo), as quais mantêm a mesma base teórica (funcionalista) e a mesma fundamentação em usos reais da língua. A segunda dessas obras gramaticais organiza-se particularmente em lições dirigidas a uma aplicação escolar, baseando-se, na medida do possível, em textos completos ou grandes excertos. Ambas as obras têm o mesmo ponto de partida, que se prende, numa indicação geral, a estes princípios funcionalistas: (i) extensão da gramática a processos que atingem o nível do texto, avaliado como produção discursiva, ficando incluídas, na raiz, as determinações da interação; (ii) estabelecimento dos fatos de gramática em uma componibilidade em que se integram os componentes sintático, semântico e pragmático; (iii) avaliação dos fatos gramaticais em ligação com as funções da linguagem. Nessa linha, as duas obras têm a mesma diretriz de organizar os fatos de gramática e as categorias gramaticais (relacionadas às funções gramaticais) a partir dos processos básicos de constituição do enunciado. A referência a classes e funções não é entendida como atribuição de chancelas fixas a determinados itens da língua, pelo contrário prevê-se um espaço muito grande de fluidez categorial, ligada a indefinições e até a superposições funcionais exigidas na ativação da linguagem. Assume-se que o complexo que representa a atividade linguística dos falantes se resolve numa duplicidade básica: submissão a restrições e liberdade de escolha. Joga-se com a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as restrições), mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas (operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção).

GRAMÁTICA HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Carlos de Azeredo – UERJ/FAPERJ/CNPq

O objeto da *Gramática Houaiss da língua portuguesa* é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil. Identificamos assim um conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores / jornalistas / autores brasileiros, desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais, em obras literárias, técnicas, científicas e ensaísticas em geral, assim como na maior parte dos textos impressos nos principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos. A fixação do início deste período não é arbitrária; é na segunda metade do século XIX, no contexto histórico do Romantismo, que ganha força o debate sobre a identidade da expressão literária brasileira, que nos séculos anteriores tinha sido uma réplica do padrão lusitano. Ainda que do ponto de vista estritamente linguístico se trate de “uma variedade da língua entre outras”, importa reconhecer que ela se distingue das demais por sua condição de ‘modelo de uso’ de âmbito nacional e, em virtude dessa condição, por ser uma competência basicamente adquirida pela intervenção da escola e pela via da leitura. Nosso objetivo vai um pouco além da aferição de um uso e sua descrição. Enfatizando sempre o dom da palavra como traço singular da espécie humana, empenhamo-nos em refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal no seu tríplice papel (a) de forma de organização do conhecimento (conceptualização e categorização da experiência do mundo), (b) de meio de codificação do conhecimento em enunciados/textos (expressão), e (c) de forma de atuação interpessoal (comunicação). A gramática não é evidentemente o único, mas é o mais sólido suporte dos papéis explicitados nos itens ‘a’ e ‘b’.

Pelo menos cinco fatores nortearam o planejamento e a redação final deste trabalho:

(a) A análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada;

(b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como “erros gramaticais” muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português;

(c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva;

(d) algumas vertentes da linguística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores; e

(e) conseqüentemente, a tradicional unidade máxima da análise – a oração – perdeu este status e passou a ser descrita no contexto maior de sua ocorrência.

Respalado nessas premissas, busquei com a presente proposta um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção dos exemplos. O enfoque adotado é essencialmente descritivo, sem prejuízo, contudo, de considerações de ordem normativa, sempre que oportunas, tendo em vista a vocação desta obra para ser também uma fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do Brasil. Por isso, fazemos o registro da oscilação de usos correntes no corpus, deixando a escolha a critério do leitor/usuário que busca a informação.

Perfilho o ponto de vista de que a atividade comunicativa por meio da palavra é sempre um acontecimento sociocultural, e que as formas da linguagem empregadas para cada fim são parte fundamental do respectivo acontecimento, seja na comunicação face a face típica da conversa, seja na comunicação a distância, como a que se pratica por meio da escrita. Meu objetivo, repito, vai, desse modo, um pouco além da aferição de um uso e sua descrição. Para tanto, detive-me muitas vezes na explicitação do percurso do raciocínio; adotei aqui e ali uma metalinguagem não convencional; realizei, justificando-as, algumas inovações descritivas, e, como não podia deixar de ser, busquei na filosofia da linguagem e na psicologia cognitiva alguns fundamentos do enfoque dado à natureza simbólica da linguagem.

Coerentemente com essa opção, o sistema gramatical da língua é tratado como um meio de organizar sentidos, tanto do ponto de vista de quem fala/escreve, quanto de quem ouve/lê. Assim, o painel de unidades, regras e construções é diagnosticado no papel de recursos da organização do significado, o que vale dizer, em suas funções textuais. Os exemplos são majoritariamente derivados do uso culto corrente do português do Brasil, especialmente em sua modalidade escrita. Busquei uma abordagem não dogmática, em que, vale repetir, se explicita o percurso mesmo do raciocínio analítico. Busquei o tom da exposição oral sem afetação de oralidade, de sorte que o texto seja acessível ao leitor médio e que esse leitor, convidado a participar da construção do raciocínio, se sinta estimulado a tirar suas próprias conclusões mediante a observação dos fatos da língua.

As considerações que acabo de fazer ajudam a desenhar o perfil do público a que esta gramática se destina: usuários da língua portuguesa em geral, cuja formação requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressar) e receptiva (compreender) na modalidade escrita padrão.

Ninguém há de acreditar, porém, que esta competência seja uma soma de preceitos para uma suposta “arte do uso correto da língua”. A língua é a soma de todas as suas possibilidades de expressão, e só existe nas variedades de uso que a concretizam como meio de intercompreensão de seus falantes. Todo uso tem sua faixa de vigência, vitalidade e funcionalidade; o que varia é a amplitude de cada faixa. Não resta dúvida de que é por essa amplitude que se mede a importância do domínio da variedade padrão da língua.

A aptidão para a leitura de textos variados, com finalidade estritamente informativa ou com objetivos profissionais, morais, estéticos ou de lazer, assim como a capacidade para conceber um texto adequado a seus fins – e portanto no gênero apropriado e pensadamente urdido nos aspectos

gramaticais e lexicais – fazem parte da formação plena de qualquer cidadão pertencente a sociedades complexas, e são uma condição para o desenvolvimento contínuo do potencial intelectual e cultural de qualquer pessoa.

Por outro lado, essa formação não se dá de modo meramente receptivo. Ela requer uma relação crítica de cada um de nós com suas fontes de informação e de formação. Requer capacidade de julgamento, de discernimento e de seleção. Para tanto, é indispensável explorar e desenvolver a sensibilidade à natureza da linguagem e ao seu funcionamento na interação dos homens, fazendo da palavra um objeto de permanente atenção, estudo e reflexão.

DEFINO MINHA OBRA GRAMATICAL COMO...

Ataliba Teixeira de Castilho – UNICAMP/USP/CNPq

A Nova Gramática do Português Brasileiro, publicada em 2010, procura dar voz às dezenas de linguistas brasileiros que vêm descrevendo e historiando essa modalidade da língua portuguesa, nos últimos 40 anos. Canalizei para ali suas descobertas, efetuadas no contexto de projetos coletivos, a que agreguei minha experiência de 50 anos de magistério. Os dados analisados procedem da língua escrita e da língua falada praticada no Brasil. Eles foram dispostos a partir de uma perspectiva teórica própria, que venho desenvolvendo desde 1998. O trabalho destina-se a alunos de Letras e a professores de Português do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio. Em 2012, juntamente com Vanda Elias, publiquei uma versão resumida, intitulada Pequena Gramática do Português Brasileiro.

DEFINO MINHA OBRA GRAMATICAL COMO...

Marcos Bagno - UnB

Defino minha gramática como uma tentativa de preencher as evidentes e graves lacunas do currículo atual dos cursos de Letras no Brasil. As pessoas que hoje se formam para exercer a profissão docente não recebem a formação adequada para desempenhar essa exigente tarefa. Por isso, abordo em minha gramática diversos aspectos que ou não são tratados nos cursos ou são tratados de modo muito superficial. Daí a presença, em minha gramática, de uma epistemologia da Linguística, de uma abordagem detalhada dos processos de mudança linguística, de uma história do português brasileiro desde o galego até os dias de hoje, de uma abordagem do nosso léxico desde as raízes indo-europeias, entre outras coisas. Além disso, não é só uma gramática descritiva, é também uma gramática propositiva: digo explicitamente o que se deve e o que não se deve ensinar na escola, argumento em favor da admissão plena e tranquila das muitas formas inovadoras do português brasileiro que já estão fixadas como regras em nossa língua e que, infelizmente, continuam sendo alvo de perseguição por parte dos puristas.

COMENTARISTAS

TRADIÇÃO, INVENÇÃO E INOVAÇÃO EM GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA - SÉCULOSXX E XXI

Marli Quadros Leite – USP/CNPq

A gramática é um instrumento que se renova e acompanha o desenvolvimento da filosofia e da ciência, como sua história o comprova. No trabalho proposto, nosso objetivo será o de analisar algumas gramáticas modernas da língua portuguesa, para, na perspectiva da história das idéias, ressaltar em que pontos essas obras são produto tanto da inventividade de seus autores - o que importa em inovação - quanto do aproveitamento de elementos da tradição dos estudos linguísticos. Tradição nesse contexto diz respeito à produção linguística do passado e não à divisão *linguística* vs. *gramática* estabelecida no século XX. A concepção de invenção no âmbito dos estudos linguísticos segue Auroux (2012), segundo o qual a proposição de novas teorias para a interpretação de fatos linguísticos constitui inovação, desde que o conhecimento produzido seja aceito e obtenha consenso na comunidade científica concernente. Nossa hipótese é a de que a gramática resulta do desenvolvimento das ciências da linguagem e que, portanto, não é um objeto estático e descartável no âmbito dos estudos linguísticos. Essas premissas serão utilizadas para no exame das seguintes obras: *Moderna gramática do português*, Bechara (1999); *Gramática de usos do português*, Neves (2002); *Gramática da língua portuguesa*, Mateus (2003); *Nova gramática do português brasileiro*, Castilho (2010); *Gramática do português brasileiro*, Perini (2010); *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, Azeredo (2008); *Gramática pedagógica do português brasileiro*, Bagno (2011).

O PERCURSO DAS (DESSAS) GRAMÁTICAS NAS AÇÕES ESCOLARES

Francisco Platão Savioli – USP e Anglo

São apresentados alguns comentários às obras gramaticais definidas por seus respectivos autores nesta mesa-redonda. A *Moderna gramática do português*, Bechara (1999), a *Gramática de usos do português*, Neves (2002), a *Gramática da língua portuguesa*, Mateus (2003), a *Nova gramática do português brasileiro*, Castilho (2010), a *Gramática do português brasileiro*, Perini (2010), a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, Azeredo (2008), e *Gramática pedagógica do português brasileiro*, Bagno (2011), são analisadas por sua importância para o ensino e a aprendizagem de língua portuguesa.

MESA-REDONDA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE
PORTUGUÊS: A VOZ DE QUEM PROPÕE, DE QUEM
PESQUISA E DE QUEM IMPLEMENTA**

NO BRASIL

A VOZ DE QUEM PROPÕE

**EDUCAÇÃO BÁSICA: COMO AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS CAMINHAM LADO A
LADO COM AS PESQUISAS IMPLEMENTADAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO**

Dermeval da Hora Oliveira – UFPb/CNPq

Um dos temas centrais de discussão, nos últimos anos, tem sido a Educação Básica. A preocupação com o baixo rendimento escolar e o conseqüente fracasso tem contribuído para que políticas sejam implementadas com vistas ao saneamento dessas problemáticas. De um lado, há uma preocupação por parte dos docentes envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, de outro, há uma preocupação governamental, lançando Editais que possibilitam encaminhamento de projetos que tenham como objetivo atender às necessidades da Educação Básica, nas diversas áreas de conhecimento. No que concerne à Língua Portuguesa, uma das grandes preocupações, e a central, podemos afirmar, diz respeito à aquisição da leitura e da escrita. De um lado, temos o crescente número de pesquisas realizadas com esse foco, de outro, as políticas implementadas pelo governo. Até que ponto essas duas ações caminham de mãos dadas? Essa será nossa reflexão nessa fala.

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS: A VOZ DE QUEM
PESQUISA**

Émerson de Pietri - USP

O ensino de português no Brasil se constitui, historicamente, segundo um conjunto de complexas relações que se estabelecem entre instâncias acadêmicas, oficiais e pedagógicas. Uma característica comum aos modos de estabelecimento dessas relações, em muito específica da realidade brasileira, pode ser percebida no papel assumido pelo Estado de indutor de políticas públicas para o ensino de português na escola. Essa indução se realiza não apenas por meio de legislação específica para a definição da estrutura curricular do ensino básico ou do ensino superior, mas, também, nos modos como se agenciam saberes acadêmicos para a proposição de como deva se constituir a disciplina de

língua portuguesa com vistas a sua conformação na cultura escolar. Nesta apresentação, pretende-se problematizar os modos como concebida a função da pesquisa no processo de constituição da disciplina de português, consideradas as relações entre produção de saberes acadêmicos, elaboração de proposições pedagógicas e o estabelecimento de políticas públicas para a Educação no Brasil recente.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS: A VOZ DE QUEM IMPLEMENTA

Bruna Maria da Cunha Oliveira – SEDUC-GO

Apresenta-se o relato de experiência e as impressões de uma professora da educação básica em uma escola municipal de Goiânia. Esse relato parte de considerações críticas aos Parâmetros Curriculares Nacionais e ao mesmo tempo trata da aplicabilidade dos princípios presentes nesses documentos no cotidiano do ensino de Língua Portuguesa.

EM PORTUGAL

A VOZ DE QUEM PROPÕE

ENSINAR PORTUGUÊS EM CONTEXTO DE MUDANÇA: PROGRAMAS E PRINCÍPIOS

Carlos Reis – UC

Os programas de Português do Ensino Básico presentemente em vigor em Portugal resultaram de um processo de reformulação de programas anteriores, processo que teve em conta as mudanças verificadas nos contextos de ensino da língua materna, desde o início dos anos 90 do século passado (p. ex.: o crescente destaque das tecnologias da informação e comunicação, a escrita e a leitura de textos em ambiente eletrónico, a disseminação da Internet, as comunicações em rede, etc.). Para além disso, nos últimos anos foi muitas vezes reivindicada uma presença efetiva dos textos literários no ensino da língua, bem como a revalorização do chamado conhecimento explícito da língua, aspetos que serão também objeto de reflexão. Trata-se, nesta conferência, de analisar alguns dos mencionados fatores de mudança, que em 2009 estiveram presentes na concepção dos programas de Português do Ensino Básico. Estabelece-se, além disso, direta relação com vários eixos estruturantes dos programas (o eixo da experiência humana, o eixo da comunicação linguística, o eixo do conhecimento linguístico e o eixo do conhecimento translinguístico). Por fim, acentua-se o significado pedagógico dos textos literários no âmbito do ensino da língua, tendo-se em atenção os níveis etários em que tal se verifica, bem como algumas das escolhas propostas pelos programas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE PORTUGÊS, EM PORTUGAL: A VOZ DE QUEM PESQUISA E DE QUEM IMPLEMENTA

Madalena Teixeira
Instituto Politécnico de Santarém – ESE
Universidade de Lisboa – CEAUL/CAPLE

À entrada do século XXI, Portugal atravessa um momento de profundas reformas educativas no que respeita ao ensino do português, a fim de reverter resultados pouco satisfatórios obtidos por estudantes portugueses, tanto no país como no estrangeiro (Reading Literacy- IEA, 1992, PISA 2000; 2003; A Literacia em Portugal, 1995; Relatório Nacional das Provas de Aferição de Língua Portuguesa (2010; 2011, 2012); Relatório 2010 do Gabinete de Avaliação Educacional; Relatório das Provas de Aferição (2012). Com efeito, logo em 2001, o Ministério da Educação publica o *Currículo Nacional do Ensino Básico* (CNEB), cujo documento indica, define e distingue “competências gerais” e “competências específicas” para cada nível de ensino, seguindo-se cinco anos mais tarde, em 2006, o *Programa Nacional de Ensino do Português* (PNEP), destinado a professores do 1º ciclo com o intuito de melhorar os níveis de expressão oral e escrita e de compreensão da leitura em todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Durante a fase de desenvolvimento e dinamização deste *Programa*, surge em 2007 o *Plano Nacional de Leitura* (PLN) e em 2008 o *Dicionário Terminológico* (DT). O primeiro visa contribuir, sobretudo, para a promoção da leitura, esperando encontrar retorno, quer em termos individuais, quer em resultados nacionais e internacionais no que concerne a contextos de avaliação de literacia e o segundo pretende “arrumar” diferenças terminológicas registradas tanto em manuais escolares, como em gramáticas, e, ainda, em sala de aula, dependendo da formação linguística do professor. Em 2009 surgem os *Programas de Português do Ensino Básico* (PPEB), que “configuram rumos pedagógicos” e apresentam conteúdos programáticos, e em 2012 as *Metas Curriculares (de português)* (MC), que, para além de serem uma consequência da revogação do CNEB, nomeiam, por ano de escolaridade, as aprendizagens consideradas fundamentais. Assim, pretende-se neste texto partilhar reflexões que resultam de uma conjuntura que se reveste de matizes heterogêneas, dando particular enfoque à dinâmica que envolveu o PNEP.

EM MACAU

A VOZ DE QUEM PESQUISA

REFLEXÕES SOBRE UM LETRAMENTO TRANSLOCAL EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DE MACAU

Roberval Teixeira e Silva – UMAC/AILP

A nossa discussão vai apresentar o contexto da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) como referência para uma reflexão sobre o que vamos chamar de “letramento translocal em Língua Portuguesa”. Queremos sublinhar o fato de que sujeitos que aprendem o português, como língua materna ou não, têm o direito de serem letrados numa perspectiva local e translocal. Isso significa dizer que as políticas linguísticas, os contextos e processos de letramento precisam de levar em consideração a língua como o lugar da interação no mundo, como um espaço dinâmico no qual dialogam realidades imediatas e mediatas e que é construído pelas diferenças: diferentes culturas, diferentes identidades e ideologias, diferentes línguas portuguesas. Focaremos para isso discursos públicos que refletem e/ou orientam o ensino da língua portuguesa em Macau. Essa intervenção está relacionada como simpósio 41 “Português como língua não materna para crianças e adolescentes ao redor do globo”. Trabalharemos no campo da sociointeração (Gumperz, 2009, 1982a, 1982b; Goffman, 1959, 1967, 1974; Pereira, 2002; Schiffrin, 1994, 1996; Tannen, 1992; Ribeiro e Garcez, 2002; Teixeira e Silva, 2010, 2009, 2008), sob a perspectiva da globalização (Blommaert, 2009, 2010, Teixeira e Silva, no prelo; Bodo & Teixeira e Silva, 2012) e da superdiversidade

(Vertovec, 2007a, 2007b; Blommaert & Backus, 2011; Blommaert & Ramptom, 2011; Fabrício, 2012).

A VOZ DE QUEM IMPLEMENTA

A LÍNGUA PORTUGUESA NO JARDIM DE INFÂNCIA: O CONTEXTO DAS ESCOLAS OFICIAIS DE MACAU

Ana Rute Ng Pereira Alves dos Santos
Educatória de Infância
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

A minha fala vai partilhar questões sobre o ensino de português no jardim de infância em Macau. Para tanto, proponho uma descrição geral do contexto de uma das escolas luso-chinesas, tocando em pontos que vão desde as orientações oficiais para o ensino da língua portuguesa até as estratégias e metodologias adotadas no trabalho com a língua. Apresentarei os sujeitos envolvidos nesse processo (alunos, pais, professores e direcção) e levantarei alguns aspetos que refletem um pouco a imagem do português nessa comunidade. Por fim, apresentarei alguns exemplos de produções dos alunos que podem ser interessantes para refletir sobre o processo de aprender português em um ambiente multicultural e multilingue como é a RAEM.

MESA-REDONDA

O FAZER LITERÁRIO EM PORTUGUÊS: OS (DES)LIMITES DA LÍNGUA

Quatro nomes representativos da Literatura escrita em português, Ana Luisa Amaral (Literatura portuguesa), Luis Cardoso (Literatura timorense), Ana Paula Tavares (Literatura africana) e Gilberto Mendonça Teles (Literatura brasileira) apresentam reflexões a respeito do processo de criação literária em língua portuguesa. A concepção de literatura, a autoria, o papel social, político e as questões identitárias suscitadas por suas respectivas obras são alguns temas a serem tratados nesta mesa-redonda. Ana Luisa Amaral, por exemplo, enfoca o acordo ortográfico no contexto literário e a força da língua portuguesa, bem como o poder da literatura, e sua função de resistência.

O FAZER LITERÁRIO EM PORTUGUÊS: OS (DES)LIMITES DA LÍNGUA

Gilberto Mendonça Teles

Um acontecimento como este IV SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS EM LÍNGUA PORTUGUESA inscreve-se imediatamente no espaço cósmico de Goiás e põe em relevo o sentido mítico que, de maneira mágica, aparece na planta de sua capital, Goiânia, fazendo com que a nossa cidade, com muito ainda de ruralismo, esteja sempre voltada para o futuro e para as novidades do mundo. Os rios estão aí, em forma de triângulo, a simbolizar a força telúrica das águas em Goiás. Uma estudiosa do nível de MARIA ZAÍRA TURCHI não vacilou em afirmar, na sua tese de Doutorado *Literatura e antropologia do imaginário* (2003), que “Quem nasce em Goiás tem seu destino traçado pela hidrografia”. E, aludindo a um meu poema (que ela estuda): “Gilberto projeta este triângulo na cidade de Goiânia”. Com esta introdução, pretendo falar da minha concepção de Poesia, da sua função social e das formas de que me tenho valido para a criação do poema, dentro e fora, no “*(des)limites da língua*”.

MESA-REDONDA

LÍNGUA PORTUGUESA: ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS, UNINDO CULTURAS

A PRESENÇA (EXPANSÃO) DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA ITÁLIA NO CONTEXTO ACADÊMICO E EDITORIAL

Gian Luigi De Rosa – UNISALENTO

A presente comunicação pretende analisar a presença e a difusão do português brasileiro (PB) no contexto italiano atual, considerando tanto o panorama editorial, quanto a situação acadêmica, e partindo de um dado: o ensino do português, até alguns anos atrás, era considerado uma disciplina acessória ao ensino da literatura portuguesa e brasileira. A esse dado fundamental deve acrescentar-se o fato que seu ensino era deixado exclusivamente à figura dos “leitores”, professores nativos, quase sempre portugueses, que na maioria dos casos eram financiados pelo Instituto Camões. Portanto, a partir desses pressupostos, resulta claro que a falta de uma política linguística brasileira em favor da difusão do PB na Itália, de um lado, e a política linguística de proteção e difusão do português europeu (PE), organizada e patrocinada pelo Instituto Camões, através de leitorados e cátedras oficiais, de outro, podem explicar a situação assimétrica entre PE e PB, relativamente ao número de leitores e de professores de português como língua estrangeira, que vigora no contexto acadêmico italiano e que, claramente, se reflete na produção editorial de caráter científico.

ESTUDOS DA LITERATURA E DA CULTURA NO ÂMBITO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DIPLOMACIA DA CULTURA: CARÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Elias Torres Feijó – USC

Há algumas lacunas ou caminhos insuficientemente percorridos no âmbito dos estudos lusófonos que podem servir de maneira importante à vertebração do mundo cultural lusófono e/ou lusógrafo. Entendamos por este todo o conjunto de agentes que se sentem envolvidos por ele e que nele se referenciam linguisticamente. Este é um conjunto que, naturalmente, transborda as fronteiras onde o português é língua oficial.

Carecemos de um estudo alargado (de conjunto ou setorial, histórico ou contemporâneo) das produções culturais de todo o tipo (literatura, música, teatro, indústrias criativas em geral, etc.) de caráter comparado entre as várias comunidades e produtores do âmbito lusófono; igualmente, não temos esses mesmos instrumentos do ponto de vista das relações entre os diversos espaços.

Uma política, com apoio institucional em algumas dimensões, que impulse a elaboração e a produção desta classe de estudos pode ter um alto rendimento: servir de veículo de conhecimento do mundo lusófono noutros inter-sistemas culturais e ser um interessante instrumento nas várias dimensões de atividades nas comunidades lusófonas; por exemplo e particularmente, nos diversos níveis do ensino. Não parece descabido, até, pensar em matérias relacionais ou comparadas na/da lusofonia nos níveis de ensino universitário e não universitário; o qual pode ter efeitos benéficos no sentido da compreensão da diferença e da unidade no mundo de língua portuguesa. E constituir um poderoso mecanismo de conhecimento e valorização d@ Outr@.

Por outra parte, os diversos agentes nas comunidades de língua portuguesa podem melhorar através destas produções e objetivos, o que, parece claro, é uma insuficiente política de penetração cultural noutros inter-sistemas, que anime mais projetos de cooperação e colaboração das diferentes comunidades de língua portuguesa e ganhe uma maior adesão e conforto para as/os várias/os e diversas/os participantes. Para o mundo lusófono, dada, aliás, a sua magnífica diversidade geo-cultural, este parece um desafio de importante magnitude.

Uma política do português, nestes sentidos, pode também favorecer o conhecimento real e valorizante das diversas expressões de línguas e culturas que funcionam e identificam os muitos espaços em que o português é língua dominante e/ou oficial, minorando conflitos e prestando serviço à valorização do próprio e revertendo-o como idioma da imposição e da impossibilidade.

A PRESENÇA (EXPANSÃO ATUAL) DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOS EUA

José Marcelo Freitas de Luna – UNIVALI

O ensino de português nos Estados Unidos destaca-se como meu interesse por razões que, a partir de uma perspectiva historiográfica, podem estar inter-relacionadas. Refiro-me a um movimento, quase desconhecido no Brasil, de mais de três séculos e meio de implantação do Português como Língua Estrangeira – PLE, marcado por uma rede de fatores políticos, sociais e educacionais. O trabalho a ser apresentado e discutido na Mesa deriva de uma pesquisa, realizada entre 2010 e 2011, sobre o PLE nos Estados Unidos ao longo das últimas oito décadas. Guiado por Koerner (1995), em sua referência particular ao princípio de contextualização, e baseado em fontes primárias e memória oral, descrevo objetivamente o clima de opinião do período como favorável ao Brasil, fato que implica a escolha e a promoção de uma chamada variante brasileira para o ensino

de português nos Estados Unidos. Revelo, também, o cruzamento dos achados com os dados de crescimento da oferta e da demanda por cursos de português nos Estados Unidos. Com o presente estudo, espero contribuir com o desenvolvimento de estudos historiográficos sobre a presença da língua portuguesa e do Brasil nos Estados Unidos.

MESA DE ENCERRAMENTO

SIMELP: PRODUTOS E PROJEÇÕES

FAZENDO A LIÇÃO DE CASA: O BRASIL E SEUS PROMISSORES PROJETOS CIENTÍFICOS

Maria Célia Lima-Hernandes – USP/CNPq

Em 2012, a ONU divulgou uma nova ferramenta para medir a riqueza dos países. Ele era baseado no crescimento sustentável, ou seja, o devido zelo de fontes naturais em correlação com o PIB propiciaria um novo escalonamento de riquezas. Esse foi o mote para que a imprensa o chamasse de PIB verde. O Brasil, nesse ranking, ficou em quinto lugar. Antes disso, a riqueza era medida ou pelo PIB (Produto Interno Bruto) ou pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Sabemos que um dos maiores patrimônios imateriais da humanidade é a língua. Ela permite veicular todas as informações relativas às demais riquezas. Ela pode ser um índice importante para se calcular o peso político, econômico e cultural de um país no mundo. Os elementos que compõem a base desse cálculo são justamente aqueles situados no terceiro setor da economia: os recursos humanos e os negócios, que estão na base da geração do PIB, do IDH e do PIB verde. O cálculo, contudo, é mais complexo. Demanda que se observem a produção científica e sua penetração nos demais círculos científicos, a adesão e a demanda pelo aprendizado da língua falada por um povo, o preparo e internacionalização de recursos humanos do país. Eu o chamarei aqui de Índice de Internacionalização.

Considerando esses novos índices básicos, verificamos que o Brasil tem ascendido a um patamar de importância que não (falar do caso dos romanos que criaram um império graças à adesão linguística, embora eles também incorporassem traços culturais). Falar dos EUA que tem sua língua como a número um no mundo, dada a adesão cultural.

Esse tipo de medição não implica necessariamente que a ascensão de um país seja proporcionalmente equivalente à queda. O crescimento de um país por esse índice sinaliza a aproximação a outros países que já estão projetados por algum dos tradicionais índices em posições mais elevadas. Por outro lado, esse índice é capaz de sinalizar uma tendência de superação a longo prazo se a dinâmica e direção de ações mantiverem-se voltados aos mesmos objetivos. Isso quer dizer que se as políticas públicas deixarem de investir no preparo de recursos humanos e no caminho para negócios, intercâmbios e cooperações, seu índice poderá sofrer impacto negativo.

Nesta apresentação, farei a explanação de três lugares de importância que têm funcionado como subsidiários a que o índice de internacionalização se revele: os projetos de pesquisa, restringindo-me ao PHPP e PHPB, a divulgação dos projetos (ABRALIN e SIMELP) e o aporte financeiro imprescindível a ações de internacionalização (CAPES, CNPq, FAPESP e MRE).

O II SIMELP EM ÉVORA - IDENTIDADE E MEMÓRIA

Maria João Marçalo – UEVORA

Coincidiu o nosso II SIMELP realizado em Évora em 2009 com o ano comemorativo dos 450 anos da fundação da universidade de Évora, 1559. A universidade eborense vivia então um tempo pleno de festividades e com o II SIMELP cumpriu o desígnio de "ultrapassar fronteiras e juntar culturas" como foi o nosso mote. Em Portugal, no II SIMELP nasceram e reforçaram-se laços entre académicos, criaram-se projetos de investigação e nasceram novas amizades. Muitas universidades deram-se a conhecer, dando novos mundos ao mundo universitário. Onde existia "tanto mar" que poderia parecer separar mundos de investigação, passou a haver pontes entre nós simelpianos. SIMELP é presente e futuro.

A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE INTERNACIONAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

Roberval Teixeira e Silva – UMAC/AILP

A partir do lançamento do I SIMELP e da expressiva adesão de diferentes profissionais, professores e pesquisadores de diversificadas áreas, foi-se criando uma rede internacional cuja protagonista é a língua portuguesa. O III SMELP em Macau, promovendo uma descoberta dessa região pouco conhecida em seus detalhes, permitiu a ampliação dessa rede e abriu ainda espaço para a atuação de outras entidades que adotam uma perspectiva internacional de trabalho, como a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português). No próximo ano, teremos em Macau o IV Congresso Internacional da AILP. O que proporemos na nossa fala é que essa rede se amplie a partir do engajamento de diferentes instituições do mundo para construir uma conexão em língua portuguesa entre crianças e adolescentes que a falam e estudam como língua estrangeira, primeira, segunda, de herança etc.

IVSIMELPGYN: CONSOLIDAÇÃO DE 50 ANOS DE ENSINO E 40 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Vânia Cristina Casseb Galvão – UFG/CNPq

Sediar o IV SIMELP na Faculdade de Letras faz parte de um conjunto de ações que marcam os 50 anos do Curso de Letras e os 40 anos do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFG. O IV SIMELPGYN, não por acaso, tem como temas centrais estudos gramaticais do português, políticas públicas para o ensino de português, difusão da língua portuguesa e o fazer literário em português, áreas que têm recebido grande atenção dos pesquisadores desta casa. O IV

SIMELPGYN possibilita a esta comunidade acadêmica a divulgação das pesquisas aqui desenvolvidas, bem como daquelas desenvolvidas em instituições de ensino e pesquisa ao redor do globo terrestre, promove também a atualização dos agentes sociais envolvidos através da interação com pesquisadores e autores de relevo na área. Há um canal de diálogo internacional aberto na FL/UFG e o SIMELP vem integrar essa rede. Além do mais, com o IV SIMELPGYN pretende-se contribuir efetivamente para a valorização e a difusão da língua portuguesa através da divulgação do fazer lingüístico e do fazer literário produzidos nos mais diversos cantos do mundo. Nesta mesa de encerramento, apresenta-se um balanço qualitativo e quantitativo do IV SIMELP e as projeções para o V SIMELP/2015.